

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**IPTU – EMISSÃO E PAGAMENTO ON-LINE**

CURITIBA

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**JEFERSON CARLOS BORN**

**IPTU – EMISSÃO E PAGAMENTO ON-LINE**

Trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Joel Souza e Silva

CURITIBA

2011

## **RESUMO**

A emissão e o pagamento via on-line da dívida ativa do Município de Curitiba relacionada com o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU foi o centro do estudo desse trabalho. A implantação do sistema se justifica porque o tempo é muito caro e a redução desse tempo significa uma conseqüente redução do custo, principalmente com a redução da burocracia. Tem-se no Mundo de hoje uma ferramenta chamada Internet, que se bem utilizada pode ajudar a resolver os problemas com o tempo e com a burocracia. Nesse contexto a dúvida fica se existem vantagens em disponibilizar as informações e os meios de pagamento dos valores que estão em dívida ativa referentes ao IPTU na rede mundial de computadores. Apresentar uma ferramenta capaz de possibilitar o auto atendimento do contribuinte, contribuindo para melhorar os controles internos dos setores, aumentando a arrecadação e reduzindo os custos, principalmente os relacionados a mão de obra, foram os objetivos específicos desse trabalho. A metodologia foi centrada na coleta de dados e na leitura de títulos relacionados com o assunto.

Palavras-chaves: IPTU. Burocracia. Dívida ativa. Arrecadação.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA.....	23
FIGURA 2 - APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO - RUMMLER E BRACHE..	24
FIGURA 3 - CRONOGRAMA .....	29

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	5
1.1	APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA.....	6
1.2	OBJETIVO GERAL .....	7
1.3	JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO.....	7
2	REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA .....	10
3	METODOLOGIA .....	16
4	A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA.....	17
4.1	DESCRIÇÃO GERAL.....	17
4.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	18
5	PROPOSTA .....	20
5.1	DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA.....	20
5.1.1	Identificação dos processos realizados .....	20
5.1.2	Identificação dos passos, tarefas e atividades .....	21
5.1.3	Fluxogramas .....	23
5.1.4	Apresentação da racionalização dos processos.....	23
5.1.5	Diagramas de aperfeiçoamento dos processos.....	24
5.1.6	Documentação dos novos processos .....	26
5.1.7	Utilizando o ciclo PDCA.....	27
5.1.8	Mapa do site .....	28
5.2	PLANO DE IMPLANTAÇÃO .....	28
5.3	RECURSOS.....	30
5.4	RESULTADOS ESPERADOS.....	31
5.5	RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS.....	31
6	CONCLUSÃO .....	32
	REFERÊNCIAS.....	33

# 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se da necessidade que a prefeitura tem em relação à arrecadação de impostos com a finalidade de reverter esses valores monetários em benefícios para a cidade, que como consequência chega até o munícipe através da construção, reforma e manutenção de postos de serviços para a saúde, ruas, escolas e creches, merenda escolar, transporte coletivo, material didático, pagamento do salário dos médicos, remédios, lazer, esporte e cultura. Em resumo, esse processo melhora a qualidade de vida das pessoas, que é o mínimo que a população espera do Governo.

Em nosso estudo iremos analisar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. A função do IPTU é tipicamente fiscal, embora também possua função social, tendo como finalidade principal a obtenção de recursos financeiros para o Município. O diferencial do IPTU está na utilização integral do valor arrecadado pelo Município, sendo que alguns impostos são pagos e destinados ao Governo Estadual e a União e normalmente retorna apenas uma parcela ao município.

O problema maior encontrado pelos municípios está no atraso de muitos contribuintes no pagamento do IPTU e com isso o município vê o seu planejamento financeiro com a arrecadação desse imposto reduzir, atrasando os investimentos em políticas sociais para melhora do município. O atraso no pagamento gera ao contribuinte a entrada da indicação fiscal do seu imóvel em dívida ativa. Alguns contribuintes deixam de efetuar a negociação ou o pagamento dos valores devidos em decorrência da burocracia existente.

Essa situação serviu de base para a realização desse trabalho de conclusão de curso, que busca reduzir a burocracia que existe hoje, utilizando a Rede Mundial de Computadores com sistemas inteligentes para negociarem opções de parcelamentos “on-line” com os contribuintes, tendo como objetivo o

aumento percentual no recebimento dos valores do IPTU que estão em dívida ativa.

Este trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira está sendo apresentada uma breve introdução contendo a problemática e as justificativas do objetivo desse trabalho. A segunda parte desenvolve a revisão teórico-empírica. A metodologia que será utilizada está contida na terceira parte, assim como a descrição geral e o diagnóstico da situação problema da organização pública será descrita na quarta parte. A quinta parte contém a proposta para uma possível solução do problema e é composta do desenvolvimento propriamente dito da proposta, do plano de implementação, dos recursos necessários, seguido dos resultados esperados e da apresentação dos riscos e dos problemas que podem vir a acontecer, contendo as respectivas medidas preventivas corretivas. Finalmente apresentamos a conclusão do referido trabalho e as referências bibliográficas.

### 1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA

O Município depende e conta com a arrecadação de todos os contribuintes que têm imóveis, independente se eles estão em uso ou não, para dispor desse capital nas diversas atividades que o mesmo tem para administrar os investimentos e gastos. O atraso no pagamento do IPTU acarreta atrasos em gastos e em investimentos, fazendo com que o Município utilize verba financeira de outras arrecadações e por muitas vezes acaba atrasando obras. Esses atrasos no pagamento fazem com que a administração do Município procure alternativa, como por exemplo, o parcelamento desses valores que estão em dívida ativa, buscando com isso a regularização do contribuinte e a parte mais importante: o recebimento da verba que está em atraso.

Nos dias de hoje as pessoas estão se acostumando com a utilização da rede mundial de computadores para realizarem diversas operações que antes só conseguiam fazer se deslocando fisicamente. Isso é um ponto positivo para as empresas conseguirem chegar a esse público, gastando menos com propagandas ou com cobranças via correio. E esses usuários buscam nesse tipo

de serviço a comodidade e a rapidez, inclusive podendo realizar as operações em horários que os estabelecimentos estão fechados.

Diante disso nos surge uma incógnita: Quais as vantagens de disponibilizar as informações e os meios de pagamento dos valores que estão em dívida ativa referentes ao IPTU na rede mundial de computadores?

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Apresentar uma proposta para automatizar o sistema de Pagamento e Controle do IPTU na Prefeitura de Curitiba.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar uma ferramenta que permita ao contribuinte fazer consultas on-line.
- Possibilitar uma melhoria nos controles de modo a reduzir a dívida ativa.
- Mostrar que com a implantação de controles on line ocorrerá aumento da arrecadação.
- Demonstrar que com a implementação de um sistema on line haverá redução de servidores.
- Demonstrar a necessidade de melhoria nos controles da PGM – Dívida Ativa.

## 1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

Teofrasto (372-287 a.C.) foi um filósofo grego e a ele foi atribuída à autoria da frase “o tempo é muito caro”, primeira menção que se conhece sobre a relação entre o espaço temporal que separa os fatos acontecidos na vida de cada um e o valor pecuniário que a ele pode ser atribuído. Esse é um dos motivos principais na realização de diversos projetos, a redução do tempo, que significa uma conseqüente redução do custo. Um dos tópicos deste trabalho tem como finalidade apresentar ao contribuinte, que está em dívida ativa, que ele não

precisa enfrentar tanta burocracia<sup>1</sup> para colocar a vida financeira dele em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU em dia. Naturalmente que em todo serviço prestado por órgão público deve obrigatoriamente ter certo grau de burocracia, mas esse grau deve ser o mínimo possível. O contribuinte tendo a sua disposição a vantagem de utilizar a Internet que hoje é considerada a ferramenta que mais aproxima as pessoas, fornece a possibilidade do mesmo verificar a sua situação e tomar possíveis decisões, sem precisar deslocar-se até um órgão público municipal, reduzindo a utilização do seu tempo e como consequência deixando de gastar em despesas que o mesmo provavelmente não tenha vontade de realizar. Isso ajudará na ideia de retirarmos de nosso dia a dia o pré-conceito, pois muitas vezes colocamos empecilhos para tomarmos decisões e nesse caso em especial, a agilidade é um fator considerável nesse apoio.

O contribuinte precisa ter a liberdade de escolha e também ter horário disponível para negociar. O que ocorre é que o horário de atendimento de órgão público coincide com o horário comercial, ou seja, sobra normalmente o horário de almoço para que todas as pessoas que tem problema com atraso de impostos virem até a Procuradoria do Município de Curitiba – PGM, buscando a regularização dos seus débitos, ocorrendo um acúmulo de pessoas e como consequência a impossibilidade de atendimento de todos os contribuintes nesse horário. Então o contribuinte precisa solicitar uma dispensa do trabalho por algumas horas para regularizar a sua situação, sendo que em alguns casos o contribuinte acaba tendo um desconto em seu salário pela ausência no seu local de emprego. Volto a lembrar “o tempo é muito caro” e essa frase vale para todos nós. Devemos reduzir a burocracia, sem perder o controle, o objetivo e o monitoramento dos serviços.

A oportunidade de o contribuinte poder a qualquer momento, através da Internet, consultar sua situação em relação a débitos de impostos cadastrados como dívida ativa, auxilia no objetivo da prefeitura que é o de receber o mais rápido possível os valores para conseguir destinar essas verbas para os serviços e as obras que precisam ser realizadas, buscando a melhora na condição de vida

---

<sup>1</sup> É popularmente usado para indicar a proliferação de normas e regulamentos que tornam ineficientes as organizações administrativas públicas, bem como corporações e empresas privadas.

dos munícipes. Os munícipes são os clientes da prefeitura e precisam ser bem atendidos, pois caso o contrário a insatisfação pode gerar mudança de domicílio para outro município, transferindo os valores que eram pagos em decorrência dos impostos para essa nova localidade de moradia.

Os objetivos desse trabalho são simples, principalmente pela evolução na área tecnológica, mas dependem muito da divulgação dos serviços prestados e principalmente do envolvimento dos contribuintes e dos servidores públicos.

Com o projeto em prática existe grande probabilidade de aumento na utilização da Internet como meio principal para negociações de impostos que esteja em dívida ativa e conseqüentemente redução das visitas desses contribuintes ao prédio da Procuradoria Geral do Município - PGM, maximizando o tempo dos servidores que hoje atendem esse público em grande quantidade.

## 2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

O tributo no Brasil tem origem com a criação do órgão “Superintendência da Décima”, em 27/6/1808, que efetuava as cobranças através de uma Junta existente em cada cidade ou vila “notável”, do imposto denominado “Décima Urbana” ou “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos”. A Décima Urbana se converteu com o tempo, passando a chamar-se Imposto Predial e Territorial Urbano.

O Código Tributário Nacional define no artigo 3º que:

*“Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”*

O Código Tributário Nacional classifica no artigo 5º que os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria. O artigo 16 define que:

*“Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.”*

Consideramos então que a cobrança de tributos é um meio para a obtenção dos recursos necessários à satisfação das necessidades coletivas, tendo finalidade eminentemente social, podendo ter natureza política, econômica, administrativa ou jurídica.

Nesse trabalho apresentaremos informações somente sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, que segundo o artigo 32 do Código Tributário Nacional é de competência dos Municípios, tendo como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física. O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular

do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo desse imposto é o valor venal do imóvel. Entende-se por valor venal do imóvel o seu valor de venda em dinheiro à vista, ou como valor de liquidação forçada. O valor venal é ditado pela necessidade de venda do imóvel em dinheiro a vista e em curto prazo. Isso faz com que normalmente esse valor não seja o mesmo que o valor de mercado. Quando do cálculo do valor venal é observado à área construída e a área do terreno.

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é considerado pela Constituição Federal de 1988 no artigo 170, uma ferramenta que promove a função social em relação à propriedade privada. Com a criação da Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, o Estatuto das Cidades passa a regulamentar a função social da propriedade urbana. Mas existe nos entremeios uma função extra fiscal, que objetiva desestimular a manutenção de propriedades urbanas que não respeitem a respectiva função social.

A Constituição Federal em seu artigo 182 esclarece que o Município tem poder de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, fazendo parte da política de desenvolvimento urbano e tendo como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O princípio constitucional da capacidade contributiva tem como objetivo limitar o poder do Estado na exigência tributária e estabelecer critérios para que cada contribuinte recolha tributos em relação com a riqueza que disponha efetivamente, sem que ela seja reduzida.

A Lei Complementar nº 40/2001 de 18/12/2001 define a hipótese de incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana como a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel situado na zona urbana. Essa lei considera ocorrido o fato imponible no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro. A base imponible desse imposto é o valor venal do imóvel. A Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000 altera o artigo 156 da Constituição Federal, que trata dos impostos municipais, inclusive do IPTU, e garante aos municípios a progressividade em razão do valor do imóvel e também a existência de diferentes alíquotas de acordo com a localização e o uso do

imóvel. De acordo com o Decreto 1.792/2010, o contribuinte que optou pelo pagamento do imposto a vista teve um desconto de 6% nesse ano, sendo que nos últimos anos esse desconto variou entre 3% e 10%. Essas ações atraíram quatro em cada dez contribuintes curitibanos por período nos últimos anos e correspondeu a quase 33% da receita prevista para esses anos. Isso auxilia o balanço orçamentário da prefeitura. A segunda opção é o pagamento do valor devido em até dez parcelas. A arrecadação desses recursos auxilia a maior parte dos investimentos sociais do Município, sendo que no mínimo 25% vão para a área de educação e apenas 12% vão para a área de saúde. Fora esses investimentos a prefeitura também utiliza essa arrecadação para pavimentação de estradas, calçamento de vias públicas, construção de creches, praças, compra de equipamentos públicos, pagamento da limpeza e iluminação pública, melhorias no transporte e na vida da população. Isso significa que quanto maior for a arrecadação à vista ou parcelada, melhor será para o município, pois ocupará essa verba antes do esperado. Uma ação implantada há anos é a cobrança através de débito automático, reduzindo a quantidade de contribuintes que normalmente esquecia-se de pagar o valor mensal através do carnê.

Algumas situações devem ser consideradas para as hipóteses de redução ou isenção do Imposto sobre o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana, chamando mais a nossa atenção os imóveis considerados como simples (até 70 metros quadrados de área construída e com valor venal até R\$ 33.100,00), que terão isenção total de forma automática. Outras opções são: prédios histórico/cultural; áreas verdes; áreas de produção alimentar; futebol amador; pracinhas e idosos.

Mas o que fazer com os contribuintes que não aproveitam nenhuma dessas duas opções e atrasam o pagamento? Nesse momento, quanto mais rápida e abrangente for à ação do município na tentativa de cobrar esses contribuintes, melhores serão os resultados financeiros.

O IPTU será inscrito em dívida ativa a partir do primeiro dia do mês de janeiro do ano seguinte ao período de pagamento. Por exemplo, o IPTU relativo ao ano de 2011 será inscrito na dívida ativa, se não ocorrer o pagamento, no dia 1º de janeiro de 2012.

O parcelamento é destinado a promover a regularização de créditos do município, provenientes de débitos que se encontram em dívida ativa e que não estejam executados judicialmente. O pagamento ou parcelamento da dívida ativa do IPTU pode ocorrer de duas formas: amigável ou judicial. Enquanto o valor devido de dívida ativa do IPTU não tiver sido enviado para cobrança judicial através do Cartório da Fazenda Pública a forma de pagamento ou parcelamento é chamada de amigável. Se já houver ocorrido o envio para cobrança judicial através do Cartório da Fazenda Pública a forma de pagamento é considerada judicial. A diferença entre as duas formas está na cobrança judicial, a qual inclui no pagamento os valores referentes a custas. Os parâmetros de negociação são os mesmos.

A Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo tem parceria com a empresa de economia mista PRODAM – Empresa de Tecnologia da informação e Comunicação do Município de São Paulo que prove a prefeitura soluções de tecnologia da informação para que ocorra administração moderna e eficiente na implantação das políticas públicas, com o objetivo de oferecer mais benefícios à sociedade. As soluções desenvolvidas pela PRODAM estão contribuindo para a melhoria do desempenho da prefeitura, principalmente na área de controle e cobrança dos impostos.

Em relação ao IPTU a prefeitura de São Paulo através dos serviços prestados pela PRODAM oferece os seguintes serviços:

- Atualização de dados cadastrais;
- Cálculo do Imposto;
- Certidão de dados cadastrais do imóvel;
- Outras certidões;
- Consulta a débitos;
- Descontos;
- Emissão de 2ª via;
- Imunidades;
- Incentivos fiscais;
- Isenções;
- Legislação tributária;
- Pagamento do imposto;
- Quitação de dívidas de ascendentes;
- Reclamações tributárias;

Todo o processo de arrecadação do IPTU é feito pela PRODAM, desde a emissão dos carnês até o controle da arrecadação.

A Prefeitura tem diversos terminais remotos de teleprocessamento para a utilização dos Municípios, como objetivo de trazer para mais perto da administração a população, principalmente quem não tem acesso a rede mundial de computadores.

A PRODAM também é responsável pelos Sistemas de Controle de Gerenciamento de Processos, de Perfil de Processos e de Fluxo de Processos das diversas secretarias. Todas as secretarias e empresas municipais definem em conjunto com a PRODAM os rumos da informatização do município, abrindo a oportunidade da criação de novos sistemas. Enquanto a PRODAM se preocupa na elaboração e implantação de sistemas, as secretarias ficam focadas nos serviços administrativos para o atendimento de toda a população.

Essa união da Prefeitura e da PRODAM tem como objetivos: a utilização da informática para a democratização da informação; a atualização tecnológica do parque de equipamentos; a realização de intenso programa de reciclagem e capacitação técnica, visando a assimilação das novas tecnologias disponíveis; a disseminação da informática na Prefeitura Municipal de São Paulo; a criação da área de competência em tecnologia de ponta, com a função de captar, absorver e disseminar as profundas, rápidas e constantes inovações no setor.

Podemos citar dois sistemas que estão em plena atividade:

- O Sistema de Informações aos Cidadãos (SIC) permite que o cidadão acesse diversas informações acerca dos serviços da Prefeitura, através dele a população também pode dar sugestões.
- O Sistema de Execução Orçamentária (SEO), desenvolvido pela PRODAM para Secretaria de Finanças permite a cada órgão municipal a execução de seu orçamento on-line. As consultas gerenciais podem ser feitas em todas as unidades orçamentárias da prefeitura.

A PRODAM buscou convênio de cooperação tecnológica com a Unicamp para transferência mútua de conhecimentos, técnicas e utilização de

equipamentos. Outro convênio realizado pela PRODAM foi com a Universidade de São Paulo, através da Escola Politécnica, para cooperação técnica-científica. O convênio prevê aplicação de recursos tecnológicos voltados ao desenvolvimento e modernização da administração pública.

A PRODAM trabalha com a Rede Municipal de Informática (RMI), utilizando sistema aberto de comunicação de dados que tem como principal característica o processamento e a comunicação de dados distribuídos, em substituição ao modelo centralizado incompatível com a complexidade e necessidades da cidade.

Esse exemplo demonstra o quanto é importante as Prefeituras terem parcerias com empresas de economia mista na área de sistemas de informação, para que em conjunto consigam apresentar ferramentas que melhorem o contato dos munícipes com a administração pública, principalmente na área de controle dos recebimentos dos impostos, pois o resultado disso provavelmente será uma melhor arrecadação.

Com as inovações tecnológicas ocorridas nos últimos anos às instituições tanto públicas como privadas estão utilizando a informatização como ferramenta essencial para o desenvolvimento de todas as atividades, buscando atingir a maioria dos objetivos propostos e necessários para a existência das mesmas. A Prefeitura de Curitiba tem um modelo de convênio parecido com o citado que é com a empresa de economia mista Instituto Curitiba de Informática – ICI.

### 3 METODOLOGIA

O objetivo central desse trabalho é propor um sistema automatizado para controle do IPTU visando a redução da burocracia e do tempo despendido para a renegociação de dívidas ativas, para que os contribuintes possam regularizar a situação cadastral dos impostos e consigam retirar as negativas de débitos do seu imóvel ou de seu estabelecimento comercial, utilizando a Internet, eliminando em muitas situações o deslocamento do contribuinte até o prédio da Procuradoria Geral do Município - PGM. Começamos coletando informações com os servidores da área de atendimento que auxiliaram mostrando qual o caminho que o contribuinte deve seguir hoje para conseguir quitar e/ou parcelar os seus débitos.

A seguir foi feita uma leitura dos temas estudamos durante o curso citando como exemplo: Processos Administrativos, Gestão tributária, Gestão Democrática e Participativa e Elaboração e Avaliação de Projetos. Dentro desses temas criamos a seguinte sequência de etapas:

1. Identificação dos processos realizados atualmente;
2. Identificação dos passos, tarefas e atividades existentes para cada processo;
3. Confecção de fluxogramas da situação atual e da situação proposta através do modelo ANSI (Instituto Nacional Americano de Padronização);
4. Apresentação da racionalização dos processos;
5. Confecção dos diagramas de aperfeiçoamento dos processos;
6. Documentação dos novos processos;
7. Apresentação de trabalhos de capacitação e qualificação das pessoas envolvidas utilizando o ciclo PDCA.

## 4 A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

### 4.1 DESCRIÇÃO GERAL

Curitiba é a capital do Paraná e sua fundação oficial data de 29 de março de 1693, quando foi criada a Câmara. Começou com a atividade econômica voltada para a mineração e a agricultura de subsistência. Logo após apareceu a atividade realizadas pelos tropeiros, derivada da pecuária. No final do século XIX ocorreu a chegada em grande quantidade de imigrantes europeus devido ao ciclo da erva-mate e da madeira, tendo como consequência a construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. No século XX a cidade agregou a indústria como força econômica e com ela o desafio de grande metrópole.

Nos últimos anos a Prefeitura Municipal de Curitiba administra a cidade que tem um dos melhores índices de áreas verdes do País, tendo 52 metros quadrados por habitante, totalizando aproximadamente 82 milhões de metros quadrados. Seu diferencial está na manutenção de diversos parques e bosques e também na coleta seletiva de lixo reciclável, na compra do lixo e no sistema de deposição dos resíduos. Outro serviço diferenciado prestado pelo município é a Linha Turismo, que é uma linha de ônibus especial, que circula nos principais pontos turísticos de Curitiba. Curitiba tem um bom planejamento urbano e no momento está estendendo seus serviços e soluções a sua Região Metropolitana (formada hoje por 26 municípios). Um exemplo claro disso está no transporte coletivo e na coleta seletiva de lixo, sendo ambos os serviços integrados entre a capital e a região metropolitana, em sua grande maioria. Curitiba consolida sua posição de centro de atração e irradiação de tecnologia de vanguarda, e descentralizam seus investimentos, esses ocorrendo em alguns momentos nas cidades vizinhas como São José dos Pinhais (Renault e Audi/Volks) e Fazenda Rio Grande (Eletrolux).

O orçamento anual da Prefeitura de Curitiba é do montante de R\$ 4.660.000.000, tendo mais de 26 mil servidores públicos disponíveis para atendimento a população. Seus prédios principais ficam na região do Centro

Cívico. A cidade tem área total de 434.967 quilômetros quadrados, clima subtropical e população de 1.851.215 habitantes segundo a pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2009.

#### 4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A Prefeitura de Curitiba tem sua estrutura preparada para o controle dos itens salientados nesse trabalho, ou seja: o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, dívida ativa, parcelamento, sistema de informação e segurança da informação. Em relação ao item Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU a estrutura física é composta de um setor específico para recepção dos contribuintes, liberação dos carnês, negociações necessárias entre o contribuinte e o ente público antes dos valores não pagos virarem dívida ativa, e esse controle é realizado 100% através de sistema de informação informatizado. Existe também setor específico para controle e cobrança de valores correspondentes ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU quando esses já se encontram em dívida ativa. Servidores especializados estão preparados para a solução e o mais rápido pagamento por parte do contribuinte de dívidas relativas a esse imposto.

Devido à necessidade de informatização de quase todos os processos administrativos das repartições públicas a Prefeitura de Curitiba buscou como parceiro o Instituto Curitiba de Informática – ICI que é uma empresa paranaense fundada em 1998 com atuação em todo o território nacional, sendo referência no desenvolvimento de soluções completas para a gestão governamental. Essa parceria faz com que o município continue com o foco voltado para os serviços essenciais.

Nesse momento é que nosso projeto se torna importante e viável, pois temos setores específicos da prefeitura que administram todas as informações relacionadas com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU e em relação à solução por nós proposta a prefeitura tem o parceiro citado anteriormente, o Instituto Curitiba de Informática – ICI que está apto para desenvolver a linguagem de programação a ser utilizada pela plataforma da Internet, através da página da prefeitura (que já existe) e assim implementar as

soluções propostas nesse trabalho, sem haver problemas mais graves e que poderiam atrasar uma possível implementação dessas ferramentas.

Como já informado o problema que o município tem em relação aos contribuintes em atraso e que tiveram suas dívidas cadastradas como dívida ativa faz com que o município deixe de arrecadar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU e assim acaba prejudicando o destino dessa verba que poderia, por exemplo, estar sendo utilizada na construção de uma nova escola. Muitos contribuintes acabam não regularizando a situação de débito deles, devido à burocracia que existe hoje para conseguir quitar ou parcelar esses valores. A obrigação de ocorrer o deslocamento físico do contribuinte até o prédio da Procuradoria Geral do Município - PGM, sendo que a grande maioria das dívidas que o mesmo possui mensalmente ele consegue efetuar via Internet, fazem com que o contribuinte não se sinta disposto a se deslocar para fazer o parcelamento.

Com todas essas ferramentas citadas percebemos que esse trabalho auxiliará no objetivo final do município em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU que é de receber todos os valores devidos que estão em dívida ativa, incrementando a liquidez do município para a realização de obras e investimentos públicos necessários para a melhora de vida da população e para a sua contínua existência com qualidade.

## 5 PROPOSTA

### 5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

#### 5.1.1 Identificação dos processos realizados

Segundo VILLELA (2000) processo pode ser definido como “um grupo de tarefas interligadas logicamente, que utilizam os recursos da organização para gerar os resultados definidos, de forma a apoiar seus objetivos”.

Então focamos que o problema principal do município de Curitiba em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU está no não recebimento dos valores devidos pelos contribuintes durante o período que é considerado como sem atraso, fazendo com que falte verba para o Município em relação aos seus compromissos financeiros. A punição para o contribuinte quando ocorre o atraso no pagamento dos valores é resumida em multa, juros moratórios e correção monetária. Em casos extremos pode ocorrer a solicitação na justiça pelo município da propriedade do contribuinte devido à falta de pagamento por um longo período. É claro que o objetivo do município não é receber esse imóvel como forma de pagamento dos valores devidos, pois isso gera despesas judiciais para o mesmo e também leva um tempo considerável para que finalmente isso gere realmente um valor financeiro, ou seja, dinheiro. Por isso esporadicamente o município cria um projeto denominado de REFIC – Plano de Recuperação Fiscal que visa ao parcelamento dos valores que estão em dívida ativa. Esse ano o REFIC pode ser realizado em até dez parcelas sem juros, ou até vinte e quatro parcelas com juros. Todo esse processo visa ajudar na negociação entre o contribuinte e o município, com o objetivo final de receber os valores em atraso, independente de qual tipo de parcelamento está ocorrendo.

Hoje o processo realizado pela Procuradoria Geral do Município para realizar a negociação com o contribuinte é o que descrevemos a seguir:

1º passo – O contribuinte tem duas opções para saber o valor que está em dívida ativa: a) através do site da Prefeitura Municipal de Curitiba [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)

ou se deslocando pessoalmente até o prédio da Procuradoria Geral do Município - PGM;

2º passo – Caso utilize o site da Prefeitura Municipal de Curitiba o contribuinte saberá apenas qual o valor que deve e para saber sobre as condições de pagamento, deverá deslocar-se até o prédio da Procuradoria Geral do Município - PGM, ou seja, em qualquer das duas hipóteses o contribuinte terá de efetuar o deslocamento pessoalmente;

3º passo – O contribuinte verifica pessoalmente o valor da dívida ativa e saberá as condições de pagamento, recebendo do setor responsável pela negociação, documento que autoriza ao contribuinte a verificação dos débitos relativos as custas, sendo que o mesmo deverá efetuar o pagamento desse valores direto no cartório;

4º passo – Após três dias úteis o contribuinte deve retornar ao prédio da Procuradoria Geral do Município - PGM, trazendo com ele o comprovante de pagamento das custas que será analisado e conferido pelo servidor. Após a verificação da quitação das custas o servidor responsável efetuará a impressão das guias para o pagamento parcelado, sendo que a primeira parcela deve ser a vista, para que se torne válido o acordo firmado.

5º passo – O contribuinte efetua o pagamento da primeira parcela a vista e tem em seu poder todas as demais parcelas impressas para pagamento mensal.

O processo atual é moroso, desgastante e burocrático, principalmente devido ao órgão da Prefeitura Municipal de Curitiba funcionar apenas em dias úteis, no horário das 08h00min as 18h00min, sendo que o cartório para pagamento das custas funciona também somente nos dias úteis e no horário das 12h00min as 18h00min. O contribuinte perde mais de um dia para resolver esse problema e normalmente algumas horas do seu serviço.

#### 5.1.2 Identificação dos passos, tarefas e atividades

Os passos são definidos como ações que compreendem a menor partícula necessária à realização de um trabalho qualquer. As tarefas são um grupamento de passos interligados, de acordo com determinada seqüência lógica. Já as

atividades são um conjunto ou grupo de tarefas que reunidas, devem complementar-se entre si, de modo que permitam definir claramente a finalidade do órgão em estudo. Em relação aos passos explicados no item identificação dos processos, passamos a identificar os passos, tarefas e as atividades, conforme segue:

- Consultar a situação dos débitos em dívida ativa pelo contribuinte é considerado um passo.
- Consultar as condições para pagamento (em quantas parcelas) que o contribuinte tem direito é considerado um passo.
- Direcionar o contribuinte para o pagamento das custas, preenchendo documento hábil é considerado um passo.
- Conferir se as custas foram efetivamente quitadas pelo contribuinte é considerado um passo.
- Definir a quantidade de parcelas para pagamento é considerado um passo.
- Emitir as guias (DAM) para o pagamento das parcelas é considerado um passo.
- O grupamento das atividades informadas anteriormente é chamado de atividades.

### 5.1.3 Fluxogramas

É apresentado nesse momento os fluxogramas da situação atual e da situação proposta através do modelo ANSI (Instituto Nacional Americano de Padronização):

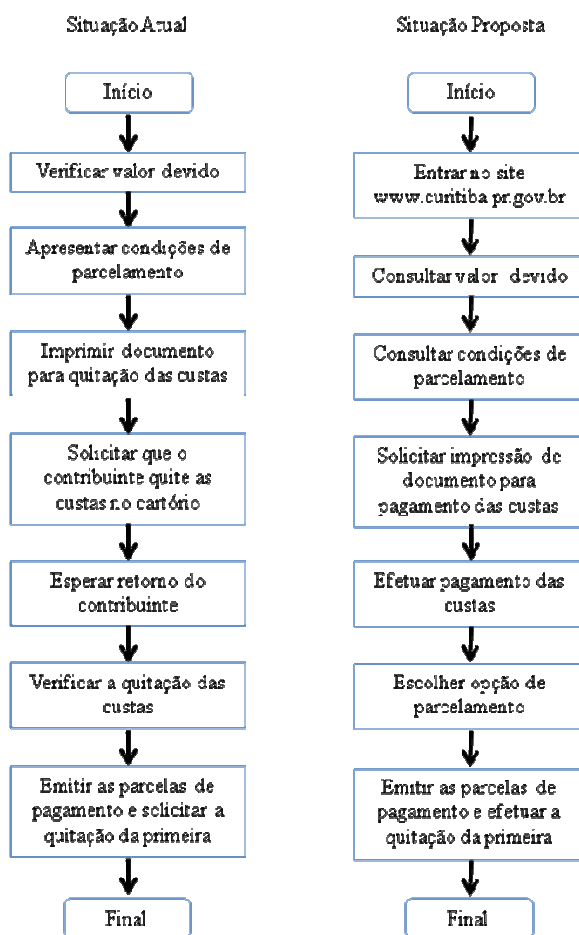


Figura 1 - Fluxograma

### 5.1.4 Apresentação da racionalização dos processos

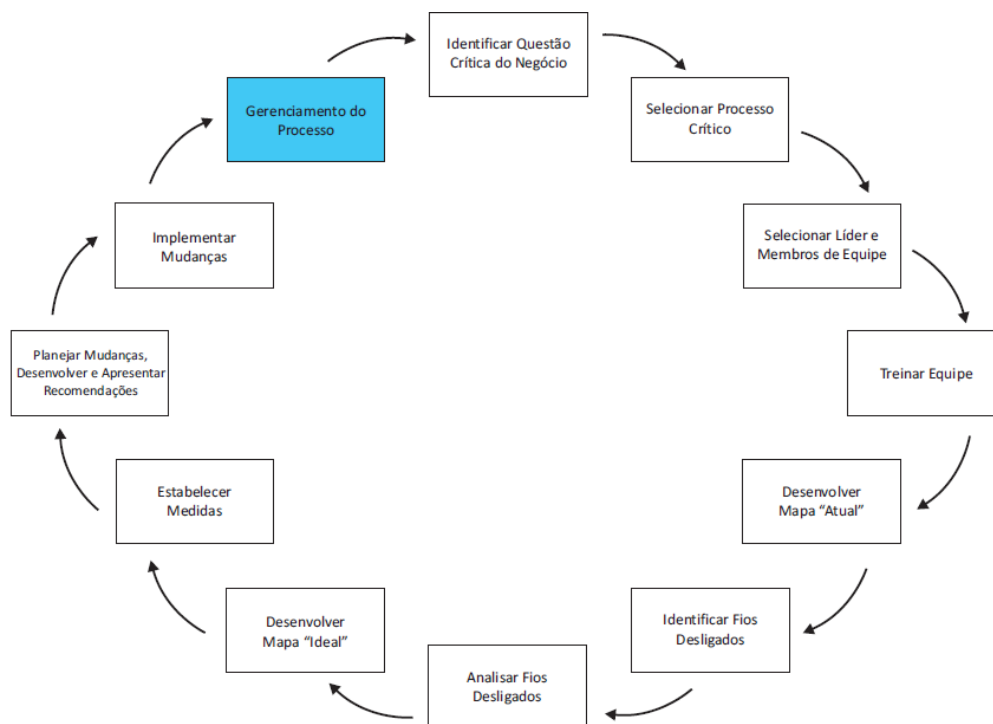
A utilização da Internet como um banco de dados e como uma ferramenta de emissão de documentos e de controle de pagamentos do IPTU gerará racionalização dos processos, pois não ocorrerá a utilização dos serviços dos servidores e o referido atendimento estará disponível 24 horas por dia e sete dias por semana, inclusive em finais de semana e feriados. Todos nós sabemos que quando um programa de informática é bem desenvolvido e existe manutenção periódica o mesmo auxilia em demasia o controle e o efetivo serviço disponível.

Com isso todos os processos explicados nesse trabalho serão racionalizados, mas os fatores primordiais são:

- Redução do horário disponibilizado pelo servidor para atendimento, possibilitando ao mesmo se qualificar através de cursos no mesmo horário que antes era disponibilizado para o atendimento ao contribuinte;
- Possibilidade de o contribuinte consultar e emitir as informações e os documentos necessários para o parcelamento dos valores que estão em dívida ativa, sem precisar sair de sua residência;
- Possibilidade de o contribuinte efetuar os pagamentos das custas e das parcelas pela Internet;
- Possibilidade de o município receber os valores que estão em dívida ativa antes do que normalmente ocorre nesses casos.

#### 5.1.5 Diagramas de aperfeiçoamento dos processos

Nessa parte desenvolvemos o conceito do diagrama de aperfeiçoamento dos processos, apresentando primeiramente a figura a seguir e logo em seguida definindo cada item:



**Figura 2 - Aperfeiçoamento do processo - Rummler e Brache**

- Identificamos como questão crítica do negócio o percentual considerado alto de contribuintes que estão com valores dos impostos em dívida ativa, prejudicando a arrecadação do município;
- Selecionamos como processo crítico a negociação que existe para o recebimento dos valores que estão em dívida ativa relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- Selecionamos como líder a Senhora Eva Rosane Lara Vieira, chefe de setor, pertencente a Procuradoria Fiscal e a sua equipe representa os membros efetivos desse processo.
- O treinamento da equipe devera acontecer em duas etapas: a primeira etapa será realizada pelo Instituto Curitiba de Informática – ICI, o qual deverá passar todas as informações relativas ao sistema que será implantado e utilizado através da Internet, bem como o funcionamento do manual on-line; a segunda etapa será realizada pelo Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP, que é uma autarquia municipal, a qual passará todo o conteúdo teórico.
- O estado atual do processo crítico apresenta atendimento pessoal, com distribuição de senhas, realizado no prédio da Procuradoria Geral do Município, sendo que obrigatoriamente o contribuinte deve se deslocar fisicamente. A única informação que hoje ele consegue via Internet é a verificação dos valores devidos;
- Em relação aos fios desligados nesse processo podemos informar como sendo a falta de opção para o contribuinte realizar a escolha do parcelamento, efetuar a impressão das guias para pagamento, efetuar o pagamento tanto das custas como das parcelas;
- A causa desses fios desligados e a falta de sistema informatizado na Internet contendo os itens descritos acima;
- O mapa ideal a ser desenvolvido resulta em um programa que poderá ser acessado no site da Prefeitura que conterà as seguintes opções: consulta

de valores devidos que estão em dívida ativa; consulta das modalidades de parcelamento disponíveis para o contribuinte; opção de escolha da quantidade de parcelas; impressão dos documentos necessários para pagamento das custas e impressão dos documentos para pagamento das parcelas;

- O objetivo é a redução percentual de contribuintes que estão em dívida ativa, buscando reduzir ao máximo possível;
- Essa parte será desenvolvida nesse trabalho nos próximos passos;
- A implementação das mudanças não ocorreram obrigatoriamente, pois o objetivo desse trabalho é entregar a proposta para análise de uma possível implementação;
- O gerenciamento do processo só ocorrerá caso a prefeitura acredite ser importante a sua implementação.

#### 5.1.6 Documentação dos novos processos

Documentar os processos é uma decisão que as organizações deveriam adotar para manter atualizados os registros que garantam a sua sobrevivência. As organizações públicas por si só tem garantida a sua sobrevivência e o que se espera é a geração de registros sobre os processos efetuados para que possam revisar seus métodos de atendimento, implementando inovações e melhorias.

Diante dessa necessidade é importante a confecção de um manual on-line com todas as informações necessárias para que o contribuinte se sinta apto a efetuar todas as transações disponíveis nas páginas do site, responsáveis pelas consultas e impressões das guias e dos documentos necessários.

Manual é um instrumento gerencial que apresenta instruções de caráter normativo agrupadas por uma capa de fácil identificação, classificado, codificado, provido de índice e organizado a fim de aumentar ao máximo o seu valor com obra de referência.

### 5.1.7 Utilizando o ciclo PDCA

Apresentação de trabalhos de capacitação e qualificação das pessoas envolvidas utilizando o ciclo PDCA, sendo que o mesmo foi idealizado por Shewhart e anos mais tarde foi aplicado por Deming no uso de estatísticas e métodos de amostragem. O ciclo é considerado uma ferramenta que melhor representa o ciclo de gerenciamento de uma atividade. É composto de ações seqüenciais que advêm da sua sigla: P (plan – planejar); D (do – fazer); C (check = verificar) e A (act – agir). O ciclo PDCA representa as atividades de planejamento e controle e suas etapas.

Na etapa de planejamento se estabelece a missão, a visão, as metas (objetivo), os procedimentos e a metodologia (processos) que são itens necessários para se atingir os objetivos. A execução é a etapa que se executam as atividades. Na verificação se monitora e avalia periodicamente os resultados, faz-se a avaliação dos processos, confrontando-se com o planejamento, os objetivos e as especificações desejados. Por último ocorre a ação, que é a realização de todos os passos anteriores.

A diretriz da Prefeitura Municipal de Curitiba contém informações sobre o recebimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e também as informações sobre o direcionamento dessa verba arrecada. A administração do município precisa também apresentar através de conhecimento técnico, qual a provisão, em termos de percentual, de contribuintes que provavelmente não pagarão durante o ano corrente o referido imposto, somado ao valor que já está em dívida ativa. A partir dessas informações o departamento da Procuradoria Fiscal pertencente à Procuradoria Geral do Município – PGM estabelece as metas de redução em percentual do valor total considerado dívida ativa. Após definir as metas devem-se definir os métodos para atingir essas metas, que no nosso trabalho será a divulgação a todos os contribuintes de material promocional e explicativo do serviço disponível na página da Prefeitura. O próximo passo é a realização de treinamento para os servidores envolvidos. Para que esse processo tenha vida longa precisa-se explicar corretamente para os servidores como funciona todo o sistema na Internet, para que eles possam passar informações para os contribuintes que tiverem dúvidas. Também precisam

saber da existência e do conteúdo do manual on-line. O ideal é disponibilizar uma maneira de contato virtual, que pode ser e-mail, para que os contribuintes tirem as dúvidas deles. Após capacitar todos os envolvidos representantes da prefeitura precisamos executar o trabalho e por em prática toda a qualificação direcionada para esses servidores. Bom, nesse momento tudo está funcionando e precisamos de um responsável pela checagem de todo o processo, que no nosso caso deverá ser a chefe de setor Sr<sup>a</sup>. Eva. Essa avaliação é de suma importância, pois dela será retirada toda a informação da execução dos serviços disponíveis e caso apresentem problemas deverão ser direcionados para os setores responsáveis.

#### 5.1.8 Mapa do site

Nesse momento apresentamos qual estrutura do conteúdo do site que se referencia apenas a parte proposta no referido trabalho que seria ideal tanto para o órgão público, como para os contribuintes.

#### Dívida Ativa

- Consultar valores
- Imprimir valores
- Consultar opções de parcelamento
- Imprimir opções de parcelamento
- Imprimir valor devido referente as custas
- Escolher opções de parcelamento
- Imprimir DAM referente as parcelas para pagamento

#### 5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

É apresentado a seguir o cronograma que servirá de base para a conclusão de cada etapa e posteriormente a implantação final do software:

IPTU - Emissão e Pagamento on line						Plano de Implementação							Atualizado em:
CRONOGRAMA													25/10/11
ATIVIDADE						Semanas							OBS.
CÓD.	DESCRIÇÃO	RESP.	INÍCIO	FIM	% OK	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	
1	Reunião com toda a equipe responsável	Eva	03/01/12	03/01/12									
2	Documentar todas as etapas de parcelamento da dívida ativa de IPTU	Equipe	04/01/12	06/01/12									
3	Reunião com os responsáveis pela criação do sistema no Instituto Curitiba de Informática - ICI	Eva	10/01/12	10/01/12									
4	Criação do manual com todas as etapas	Eva e ICI	10/01/12	31/05/12									
5	Criação do link "fale conosco"	ICI	26/03/12	03/04/12									
6	Testes do sistema	Eva e ICI	01/05/12	31/05/12									
7	Treinamento dos servidores responsáveis	ICI	04/06/12	15/06/12									
8	Divulgação da ferramenta para todos os contribuintes	Eva e ICI	18/06/12	30/06/12									
ANOTAÇÕES													
LEGENDA / INSTRUÇÕES													
% OK = % realizada "x" = parte realizada "-" = parte a realizar / completar													
Não digitar dados sobre as células amarelas pois contém fórmulas													

**Figura 3 - Cronograma**

Cada etapa é explicada a seguir:

- Reunião de toda equipe responsável pelo setor que atualmente efetua os parcelamentos, para que os mesmos coloquem no papel todas as etapas necessárias para que se consiga efetuar o processo de parcelamento da dívida ativa de IPTU do contribuinte. Deve-se documentar todo esse processo.
- Reunião da responsável pelo setor descrito acima, a Sr<sup>a</sup>. Eva com o setor da empresa Instituto Curitiba de Informática – ICI, responsável pela criação do programa que será utilizado na Internet. A Sr<sup>a</sup>. Eva será a responsável em explicar como deverá ser criado o programa de informática e também responsável em fazer os testes para saber se o referido programa realmente faz o que está se propondo.
- Nesse programa deve ser criado um manual on-line com todas as etapas e com a solução das possíveis dúvidas que os usuários poderão ter. A criação do manual deve ser realizada em conjunto entre o setor da Procuradoria Geral do Município – PGM responsável pela negociação dos valores devidos e pela equipe responsável do Instituto Curitiba de Informática – ICI pela implantação do programa. Deve-se também criar um link de contato através

de e-mail. Esse e-mail deverá ser destinado ao setor da Procuradoria Geral do Município – PGM que será responsável pelas respostas aos contribuintes.

- Quando do término da execução e dos testes do programa, devem-se treinar todos os servidores que terão que trabalhar como apoio de todas as operações. Essa parte é de suma importância para o sucesso da implantação.
- O próximo passo será a divulgação da ferramenta para todos os contribuintes. Como possíveis veículos de comunicação podem-se citar: propagandas em canais de televisão, emissoras de rádio (AM e FM) e jornais de grande circulação na cidade de Curitiba. Outra maneira possível e de custo razoável é a divulgação da ferramenta na contra capa do carnê de IPTU que será enviado a todos os contribuintes no próximo ano.

### 5.3 RECURSOS

Em relação à quantidade de recursos humanos necessários para implantação e principalmente pela manutenção desse sistema proposto, acreditamos não serem necessárias contratações de novos servidores, pois com a utilização do programa via Internet, haverá uma redução drástica no tempo despendido para atendimento individual no prédio da Procuradoria Geral do Município – PGM, sobrando tempo para que esses mesmos servidores consigam efetuar o atendimento via Internet e também aos contribuintes que ainda queiram ser atendidos pessoalmente.

Na parte financeira, devido ao contrato que a Prefeitura já tem com o Instituto Curitiba de Informática – ICI, os pagamentos do contrato ocorrem mensalmente e nesses valores já estão inclusos novos programas, ou seja, a criação desse programa não acrescentará valor financeiro despendido pelo Município. A prefeitura já tem contrato mensal para a permanência do site no ar e a disponibilidade para a criação desse programa não terá acréscimo de despesas.

Diante disso, consideramos viável financeiramente a implantação desse programa.

#### 5.4 RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados podem ser controlados através da quantidade de atendimentos que ocorrerão fisicamente no prédio da Procuradoria Geral do Município em comparação com a quantidade de atendimento que será efetuado com a utilização da Internet. Esse número deverá ser apresentado em percentual. Outro controle importante além da quantidade de atendimentos é o controle da quantidade de parcelamentos que ocorrerão contra a quantidade de atendimentos, pois nem todos os atendimentos correspondem a negociação fechada. Pode-se também controlar a qualidade de atendimento, tanto fisicamente quanto com a utilização da Internet. A utilização de pesquisa automática cada vez que o contribuinte fecha uma negociação pode ser uma alternativa interessante e que trará resultados positivos.

#### 5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS

Mesmo com as novidades tecnológicas de hoje, algumas pessoas ainda preferem o atendimento pessoal e esse pode ser um problema que deverá ser acompanhado, para que não se tenha pouca utilização da ferramenta implantada. Acreditamos que a leitura das pesquisas que serão solicitadas aos contribuintes no final de cada atendimento on-line, pode ajudar e muito a se verificar possíveis problemas da não utilização do programa para os parcelamentos das dívidas. O principal objetivo desse programa é o aumento percentual das negociações dos valores que estão em dívida ativa e de preferência que a maioria dos atendimentos seja realizada via Internet.

## 6 CONCLUSÃO

Emissão e pagamento on-line do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU foi à base para elaboração desse trabalho e resultou em informações suficientes para a implantação de um programa por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba, para ser utilizado através da Rede Mundial de Computadores, que possibilita consultar os valores que estão em dívida ativa, efetuar a impressão de documentos para o pagamento das custas e também a impressão de documentos para o parcelamento da dívida, bem como possibilita o controle desses pagamentos.

Com a implantação desse sistema ocorrerá à redução da burocracia para o parcelamento dos valores que estão em dívida ativa referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, melhorando a entrada de verbas financeiras, para que sejam direcionadas para obras de investimentos e reduzindo o saldo que se encontra em atraso por mais de um exercício. O sistema também auxiliará no controle das informações e na redução de mão de obra específica, podendo a Prefeitura utilizar esses servidores para outros serviços considerados essenciais à Cidade.

Como foi demonstrado esse sistema é viável financeiramente e auxilia aos Municípios, não só o de Curitiba, na oportunidade de oferecer aos contribuintes uma nova opção de consulta, impressão e pagamento dos valores que estão em dívida ativa. Como todo bom sistema o mesmo depende de controle periódico e de novos estudos, principalmente na área de informática, para que o mesmo não fique obsoleto.

## REFERÊNCIAS

<http://www.recantodasletras.com.br/redacoes/847303> - Acesso dia 12 de julho de 2011 às 16h10min. Texto “Tempo é Dinheiro” de Fernando Kitzinger Dannemann.

CANCIAN, Renato, "Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política - 1972-1985". Editora Edufscar.

[http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form\\_vig.pl](http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl) - Acessado dia 14 de julho de 2011 às 09h31min. LEI COMPLEMENTAR Nº: 40/2001 – Ementa: “Dispõe sobre os tributos municipais”

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm> - Acessado dia 14 de julho de 2011 às 09h47min. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

[http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo\\_colonial/letras/super\\_decima.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letras/super_decima.htm) - Acessado dia 14 de julho de 2011 às 10h06min. “Superintendência da Décima”

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm) - Acessado dia 14 de julho de 2011 às 10h21min. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.